

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO

Divulgação



A atividade começará com moradores da Posse

Plano de Resiliência para Petrópolis

Dentro das ações de prevenção aos eventos climáticos severos, o governo do Estado realiza neste sábado (15.11), em Petrópolis, o “Primeiro Encontro Comunitário para a Construção do Plano de Resiliência Familiar”. A ação faz parte do projeto RJ Resiliente/Serrana Resiliente, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade em parceria com a ONU Habitat, que irá ca-

pacitar moradores de 13 comunidades na cidade. O anúncio foi feito pelo secretário de estado do Ambiente e Sustentabilidade Bernardo Rossi. A primeira ação acontece no distrito da Posse - Praça CEU das Artes Corta Rio. A preparação da população para os eventos severos é uma prioridade para o governador Cláudio Castro. As atividades acontecem acontece das 9h às 13h.

Ações e objetivo

Além das ações voltadas para moradores das comunidades, profissionais de educação e estudantes também serão capacitados em outra frente, dentro do projeto Ambiente Resiliente, lançado na semana passada no Palácio Guanabara. A ação é realizada pelo Espaço Convivência Susten-

tável – ECOS – Petrópolis e visa ampliar a resiliência urbana e climática de Petrópolis por meio de ações não- estruturais de capacitação e fortalecimento comunitário para o desenvolvimento sustentável focado em ações de mobilização comunitária, educação ambiental climática.

Agência Brasil



Índice de Petrópolis foi de 0,11% neste ano

LIRAa apresenta resultados positivos em 2025

O trabalho contínuo da Prefeitura de Petrópolis e a conscientização da população no combate ao mosquito transmissor da Dengue, Zika e Chikungunya geraram um resultado bastante positivo para o município. O quarto Levantamento Rápido de Infestação por Aedes Aegypti e Aedes Albopictus (LIRAa) de 2025, divulgado nesta

quinta-feira (13), foi o menor registrado no ano, com apenas 0,11% — número considerado satisfatório, já que o Ministério da Saúde (MS) preconiza que sejam inferiores a 1% para serem considerados de baixo risco de infestação. Entre os dias três e seis de novembro, equipes da Secretaria de Saúde visitaram 7.908 imóveis em diversas regiões.

Troca de farpas

O vereador Dudu utilizou o plenário da Câmara nesta semana, e também as redes sociais, para criticar a vereadora Professora Lívia. O parlamentar informou que vai ajudar no pagamento para a alimentação e na reforma do telhado do Centro Comunidade São Jorge, que sofreu destelha-

mento na última semana. Contudo, a vereadora Lívia criticou a medida informando que “o dinheiro não pode sair do nosso bolso”, o que incomodou o vereador. Segundo o município, a gestão do espaço é feita por entidade conveniada, responsável pelas medidas necessárias de reparo.

Unita pede integração

O movimento Unidos por Itaipava (UNITA) defende que o desenvolvimento do distrito precisa ser acompanhado por um planejamento público integrado, capaz de alinhar expansão urbana, mobilidade, turismo e meio ambiente. A entidade destaca que Itaipava cresce de forma acelerada

— com novos empreendimentos, condomínios e aumento constante no fluxo de visitantes —, mas sem que o poder público ofereça infraestrutura e gestão à altura desse avanço. De acordo com a UNITA, as secretarias municipais atuam de forma isolada e sem diálogo entre si.

PETROPOLITANO

Bomtempo queria o ICMS, enquanto TCE via 37 falhas

Tribunal de Contas identificou falhas antigas na gestão tributária

Por Gabriel Rattes

Enquanto o ex-prefeito Rubens Bomtempo concentrava esforços em disputas judiciais e políticas sobre o repasse do ICMS, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) encontrou 37 recomendações e determinações para melhorar a arrecadação própria da Prefeitura de Petrópolis. O relatório, divulgado nesta quarta-feira (12), revelou que o município manteve falhas graves e recorrentes na cobrança de impostos e na gestão tributária durante todo o mandato anterior (2021–2024).

A auditoria, realizada entre abril de 2024 e fevereiro de 2025, avaliou o desempenho da Prefeitura na administração do IPTU, ISS, ITBI e da Dívida Ativa e foi usada como base para o parecer contrário das Contas de Governo de 2024.

TCE cobra eficiência

De acordo com o relatório, a antiga gestão não estruturou um sistema eficaz para cobrar os devedores de impostos, deixando de utilizar ferramentas simples e legais de recuperação de crédito. O TCE destacou a ausência de protestos extrajudiciais, que poderiam ser feitos em cartório sem custo para o município, e a falta de atualização cadastral dos contribuintes, o que impactou diretamente a arrecadação do IPTU e do ISS — principais fontes de receita própria de Petrópolis.

O tribunal também registrou que a Planta Genérica de Valores (PGV), usada para calcular o valor dos imóveis e o IPTU, segue desatualizada há anos, gerando cobranças defasadas e perda de arrecadação significativa.

Fiscalização fraca

Outro ponto crítico levantado foi a baixa fiscalização do ISS, sobretudo entre empresas do Simples Nacional, e a falta de conferência dos valores de mercado no ITBI, imposto cobrado em transações imobiliárias.

O TCE observou que o município não realizava avaliações imobiliárias regulares, o que pode ter permitido distorções na cobrança e perda de receita.

Responsabilidade do ex-prefeito

O Tribunal deixou claro que as falhas apontadas são de responsabilidade direta do chefe do Executivo municipal, conforme determina a Constituição Federal. Rubens Bomtempo já havia sido advertido em relatórios anteriores (2021, 2022 e 2023) sobre a necessidade de corrigir os mesmos problemas, mas, segundo o TCE, não adotou medidas eficazes até o fim de seu mandato.

Com isso, a atual administração herdou uma estrutura tributária considerada defasada e sem integração tecnológica. “O fortalecimento da arrecadação própria permite ao município ampliar sua capacidade de atuação, resultando em melhores condições para oferecer serviços públicos de maior qualidade à população, tais como saúde, educação, segurança e saneamento básico”, diz um trecho do documento divulgado pelo TCE.

Impactos

O relatório também alerta que as ações corretivas terão efeitos diretos no futuro fi-



Divulgação/PMP

TCE-RJ aponta 37 formas de corrigir falhas deixadas na arrecadação municipal

RECOMENDAÇÕES
O parecer do TCE-RJ elenca 37 medidas concretas que devem ser adotadas pela Prefeitura de Petrópolis para corrigir as falhas herdadas. São elas:
Cobrança e Dívida Ativa
1- Criar regras claras para cobrança administrativa. 2- Implantar rotina regular de cobrança de dívidas. 3- Elaborar norma municipal de cobrança inspirada em boas práticas. 4- Notificar devedores por meios eletrônicos (e-mail, SMS, aplicativos). 5- Permitir pagamento com cartão de crédito e parcelamentos. 6- Informar débitos abertos em carnês e boletos. 7- Avisar o contribuinte antes da inscrição em dívida ativa. 8- Usar o protesto em cartório para cobrar dívidas. 9- Revogar lei que impede protestos de pequenos valores. 10- Enviar automaticamente as dívidas ao cartório. 11- Automatizar o sistema de arrecadação e cruzar dados de devedores. 12- Usar o protesto também em dívidas já ajuizadas.
Dívida Ativa e Parcelamentos
13- Conferir dados completos antes da inscrição de dívidas. 14- Automatizar o processo de inscrição e notificação. 15- Cancelar parcelamentos inadimplentes no prazo legal. 16- Criar alertas eletrônicos de atraso e integração com a Procuradoria. 17- Monitorar parcelamentos cancelados e retomar a cobrança. 18- Executar ações fiscais todo ano. 19- Controlar automaticamente os prazos de prescrição das dívidas.
Fiscalização do ISS
20- Implantar sistema eletrônico para fiscalização e controle. 21- Reestruturar a Secretaria de Fazenda com mais pessoal e tecnologia. 22- Planejar fiscalizações anuais com critérios técnicos. 23- Monitorar resultados de ações fiscais anteriores. 24- Fiscalizar grandes contribuintes e inadimplentes. 25- Criar programa para detectar quedas suspeitas de arrecadação. 26- Fiscalizar bancos e instituições financeiras de forma permanente. 27- Cobrar diferenças de ISS antes da liberação do “habite-se”. 28- Acompanhar empresas do Simples Nacional com cruzamento de dados. 29- Integrar dados de cartões de crédito e notas fiscais. 30- Implantar processo administrativo digital tributário. 31- Padronizar e normatizar toda a fiscalização do ISS.
IPTU e Cadastro Imobiliário
32- Enviar à Câmara projeto para revisar a Planta Genérica de Valores (PGV). 33- Evitar aumentos bruscos do IPTU, aplicando reajustes graduais. 34- Fazer recadastramento geral dos imóveis da cidade. 35- Atualizar o sistema de cadastro com todos os campos exigidos por lei. 36- Criar um setor específico para gerenciar o cadastro imobiliário.
ITBI
37- Fiscalizar o ITBI com base em avaliações reais de mercado, garantindo transparência e direito à revisão.
As orientações visam modernizar a gestão fazendária, aumentar a arrecadação e reduzir a dependência de repasses estaduais e federais.

nanceiro de Petrópolis. Com a Reforma Tributária já em vigor, o volume de recursos que o município receberá do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), entre 2029 e 2077, dependerá da média de arrecadação do atual ISS entre 2019 e 2026.

Ou seja, quanto melhor for a arrecadação agora, maior será a fatia de recursos no futuro — reforçando a importância de uma gestão fiscal responsável.

Próximos passos

Por envolver informações de contribuintes, o processo tramita sob sigilo, mas o TCE autorizou a divulgação de suas conclusões principais. O órgão encaminhou cópias do relatório à Prefeitura, à Câmara Municipal, ao Ministério Público Estadual e à Secretaria de Fazenda, que deverão acompanhar o cumprimento das recomendações.

O que diz Bomtempo?

Procurado, o ex-prefeito Rubens Bomtempo esclareceu que a gestão anterior seguiu decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). “Que diverge do entendimento do TCE e permite a atualização dos valores de IPTU a partir do valor de mercado e o lançamen-

to por ato de ofício dos novos imóveis, com maior rapidez e economia. É importante destacar que o próprio balanço da Prefeitura constata que houve aumento na arrecadação dos recursos próprios entre 2022 e 2024”, afirmou em nota.

O que diz Hingo Hammes?

As falhas na gestão tributária impactam a capacidade de Petrópolis de gerar sua própria receita, aumentando a dependência de transferências estaduais e federais. A não efetivação da cobrança e a desatualização cadastral limitaram o potencial de arrecadação, como por exemplo a não realização do Georreferenciamento, agravando diretamente o cenário de dificuldade financeira enfrentado pelo município, isto pode ser percebido quando houve o aumento do ICMS e não se reverteu em um aumento do ISS, que deveria acompanhar o crescimento.

A atual administração concorda com o diagnóstico do TCE-RJ de que problemas crônicos não foram solucionados nos últimos anos e estamos implementando medidas corretivas estruturais para assegurar o aumento da justiça fiscal e da arrecadação. Desde o início da gestão estamos trabalhando nestas questões, mesmo sem

ciência do que seria apontado pelo tribunal. As principais medidas já em curso são:

Fiscalização de Tributos e ISS: Já foram implementadas novas ferramentas tecnológicas que cruzam dados e auxiliam na identificação de discrepâncias entre os valores declarados e os efetivamente arrecadados pelas empresas através de movimentações bancárias, cartões de crédito e débito, além do Simples Nacional. Isso permite uma fiscalização mais assertiva e eficiente do ISS e outros tributos. Este é um fator fundamental, visto que a maior parte da nossa economia está diretamente ligada ao setor de serviços. Em 2025, já houve um aumento na arrecadação deste tributo.

Atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) e Georreferenciamento: Já estamos com todo o processo para a licitação do georreferenciamento, fundamental para a atualização do IPTU e ITBI, além da Planta genérica de valores, que a pelo menos 30 anos está desatualizada, isto impacta diretamente na arrecadação municipal. Também iniciou-se a revisão e higienização do Cadastro Fiscal Imobiliário para corrigir distorções históricas. Esta medida é fundamental para que o IPTU reflita a realidade dos imóveis e cumpra seu papel de fonte de receita municipal. Vale destacar que em 2021, foram iniciados os processos de voos do georreferenciamento, mas a gestão que assumiu não deu continuidade ao projeto.

Cobrança Administrativa e Protesto: a gestão está normatizando os procedimentos de cobrança administrativa e trabalhando na implementação de um formato simplificado e eletrônico de protesto extrajudicial para acelerar a recuperação de créditos.

Combate à Dívida Ativa: A Prefeitura está realizando o Programa de Refinanciamento (REFIS), essencial para ampliar a diminuição do estoque da Dívida Ativa e resgatar créditos em favor do município.

Este trabalho vem sido desenvolvido desde o início do ano, antes mesmo das recomendações do tribunal pois entendemos que esta é uma demanda da cidade, corrigir as falhas de cobrança e de estrutura é o único caminho para restabelecer a autonomia financeira de Petrópolis e garantir que a arrecadação seja revertida em melhores serviços para o cidadão. Estamos trabalhando para consolidar uma gestão pública eficiente, utilizando dados e tecnologia para assegurar o respeito, a ética e a transparência em todas as ações fiscais.